

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Limite de moeda em espécie em viagem aumenta de R\$ 10 mil para US\$ 10 mil 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Concurso da Receita Federal tem salário de até R\$ 21 mil e abre inscrições no dia 12
..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Verba "empoçada" de R\$15,5 bi pode tirar governo da paralisia 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula busca acomodar base em meio a pressão de partidos por ministérios 7

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba quais benefícios do INSS podem ter a revisão da vida toda (Previdência) 9

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Greve, fila recorde e possível calote: o que aconteceu com o INSS em 2022? 10

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Tarcísio adia plano de liberar servidor de vacina obrigatória 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Acordo entre Pacheco e Lira reduz prazo da PEC de Transição para 2 anos 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Corte do ICMS ameaça plano de socorro, afirma Rio 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impostos atingem 33,9% do PIB nacional 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Saúde pede socorro (Editorial) 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para segurar preços, país troca biocombustíveis por derivados de petróleo 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Diplomacia ambiental fará do país relevante, diz professor 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados agem para recompor ICMS 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prefeitas têm desempenho fiscal melhor que homens, diz pesquisa.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Lula recebe visita de enviado de Biden.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Tributação versus inflação (Artigo).....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Responsabilidade social e responsabilidade fiscal (Tendências/Debates) (Artigo).....	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Transição admite PEC mais enxuta, com despesa extra entre R\$ 135 bi e R\$ 150 bi.....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Juros futuros voltam a subir, Bolsa cai e dólar avança com expectativas sobre proposta	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
Chefe da UE ataca 'distorções' de plano dos EUA para o clima.....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Risco fiscal assusta mercado.....	37
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Incerteza generalizada (Editorial).....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Aumento de gastos leva mercado a prever juro alto por mais tempo.....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Bancos querem que governo eleito defina regra fiscal e medidas para crescimento.....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mais arrocho global de juros (Editorial).....	42
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
PT deveria desistir de modificar o plano de investimentos da Petrobras (Editorial)	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Com livro e manifesto ,Fiocruz defende complexo industrial nacional de saúde.....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Economistas sugerem 'waiver' de até R\$ 150 bi.....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Estímulo fiscal pode dar falsa impressão de PIB melhor, diz HSBC.....	46

Terça-Feira, 6 de Dezembro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Tarcísio confirma convite a Guedes e nega ser "bolsonarista raiz" 47

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Dados indicam resiliência da economia americana 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Custo de financiamento de empresas deve cair mais que a Selic em 2023 49

Limite de moeda em espécie em viagem aumenta de R\$ 10 mil para US\$ 10 mil

A **Receita Federal** atualizou as regras de controle na entrada e saída de moeda em espécie do país. A medida visa alinhar o controle aduaneiro com as alterações promovidas pela nova Lei de Câmbio e Capitais Internacionais (lei nº 14.286/2021), que passa a valer a partir de 30 de dezembro.

Entre as principais mudanças está o novo limite de entrada e saída de dinheiro em espécie, sem declaração, que passa de R\$ 10 mil para US\$ 10 mil (R\$ 52,8 mil) ou o equivalente em outra moeda.

Caso o viajante esteja com valor acima desse teto, deve fazer a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (e- DV B). Houve também a exclusão de controle para o porte de cheques e cheques de viagem.

A nova legislação foi publicada em 30 de dezembro de 2021 para entrar em vigor um ano após a sua publicação.

Ela trata do mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no Brasil e a obtenção de informações pelo Banco Central, para a elaboração das estatísticas macroeconômicas oficiais.

No dia 28 de novembro, a Receita publicou no Diário Oficial da União a instrução normativa 2.117/2022, que alterou dispositivos de publicações anteriores afetadas pelas novas regras.

A instrução normativa 1.059/2010 trata de procedimentos de controle aduaneiro e o tratamento tributário aplicáveis aos bens de viajante; a 1.082/2010 institui a Declaração Eletrônica de Movimentação Física Internacional de Valores (e-DMOV); e a 1.385/2013 dispõe sobre a e- DBV, sobre o despacho aduaneiro de bagagem acompanhada e sobre o porte de valores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

17

Concurso da Receita Federal tem salário de até R\$ 21 mil e abre inscrições no dia 12

Luiz Paulo Souza ribeirão preto

A **Receita Federal** publicou, nesta segunda-feira (5), o edital do concurso público do órgão com 699 vagas, sendo 469 para analista tributário e 230 para auditor fiscal. As remunerações iniciais são de R\$ 11.684,39 e R\$ 21.029,09, respectivamente.

As inscrições começam na próxima segunda-feira (12), às 16h, e poderão ser realizadas até o dia 19 de janeiro. O cadastro deverá ser feito no site do concurso, e as taxas serão de R\$ 115 para o cargo de analista tributário e de R\$ 210 para o cargo de auditor fiscal.

Do total de vagas, 523 são destinadas à ampla concorrência, 36 a pessoas com deficiência e 140 a negros. Os candidatos com deficiência deverão apresentar um laudo médico em que conste, nitidamente, a identidade do inscrito, o número de registro do médico que emitiu o laudo e a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) do diagnóstico. Os candidatos auto-declarados negros que forem aprovados no concurso serão avaliados por uma banca de heteroidentificação.

As provas para os dois cargos serão realizadas no mesmo dia e, por isso, não será possível se inscrever para ambos.

"Se o candidato se inscrever para os dois cargos, a primeira inscrição será cancelada e ele não receberá o dinheiro de volta", alerta Alexandre Meirelles, auditor fiscal e coordenador da Área Fiscal do Gran Cursos Online.

Inscritos no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal) ou que sejam doadores de medula têm direito à isenção da taxa.

A solicitação deverá ser feita no ato da inscrição mediante indicação do NIS (Número de Identificação Social) e apresentação de documento comprobatório de vulnerabilidade econômica, ou apresentação da carteirinha de doador de medula.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

17

Verba "empoçada" de R\$15,5 bi pode tirar governo da paralisia

Estevão Taiar e Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Lula busca acomodar base em meio a pressão de partidos por ministérios



Thiago Resende Brasília A uma semana de ser diplomado, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entra na reta final de articulação política para a formação de seu novo governo com pressão de aliados para a definição do ministério.

O desenho preliminar da Esplanada dos Ministérios para a próxima gestão prevê de 34 a 35 membros no alto escalão -o mais novo pedido da equipe de transição é a recriação do Ministério do Esporte.

Petistas dizem que a tendência é que os partidos aliados sejam acomodados entre 15 e 20 pastas. O restante -também variando entre 15 e 20 ministérios- ficaria com o PT e o presidente eleito (cota pessoal), que poderia escolher entre pessoas próximas e não ligadas a alguma legenda da base governista no Congresso Nacional.

Essa composição, porém, ainda depende de novas negociações -a principal jogada de Lula na semana passada foi com M DB, PS D e União Brasil. Juntos, eles pedem sete ministérios para compor a base de apoio ao governo.

A fatura pode ser reduzida se líderes desses partidos, principalmente da União Brasil, assumirem postos chave no Congresso e tiverem influência em indicações para empresas estatais.

Nesta semana, Lula deve se encontrar com siglas menores que o apoiaram. PV e PC do B, que fizeram parte da coligação na campanha, querem um ministério cada. Além deles, há o Solidariedade (que estava na coligação) e também o PDT (que aderiu a Lula no segundo turno) -ambos cobiçam as áreas de Trabalho ou **Previdência Social**.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) confirmou que a diplomação de Lula e Geraldo Alckmin (PSB),

presidente e vice eleitos, será realizada no dia 12 de dezembro. O petista afirmou que só fará o anúncio de ministros após essa data.

Uma disputa de peso a ser resolvida pelo presidente eleito é o futuro da pasta de Desenvolvimento Social, que cuidará do Bolsa Família. O PT não abre mão de comandar a área social, que foi sinalizada para Simone Tebet (MDB), senadora por Mato Grosso do Sul que se alinhou a Lula após ficar na terceira colocação da corrida presidencial.

Por isso, como mostrou a Folha, integrantes do MDB tentam emplacar a senadora para o Ministério de Meio Ambiente -apesar de a corrida pela pasta já ter nomes, como a ex-ministra Marina Silva (Rede).

Lula diz que quer reunir as demandas de todos os partidos para equilibrar a distribuição do ministério.

Apesar da pressão do próprio PT, o presidente eleito mantém o mistério sobre as pastas vistas como mais estratégicas e sensíveis, como Fazenda, Defesa, Casa Civil e Relações Institucionais (que cuida da articulação política).

Para esses cargos, há a expectativa entre aliados do presidente eleito de que ele possa anunciar alguns nomes antes da diplomação. É o caso da Defesa, que tem como principal cotado José Múcio Monteiro, ex-ministro do TCU (Tribunal de Contas da União).

Petistas afirmam que a demora na escalação do ministério e na acomodação de partidos aliados deixa a preparação para o novo governo ainda bastante concentrada e dependente da atuação de Lula, que teve que entrar nas negociações para abrir caminho no Congresso à PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição.

A PEC prevê a liberação de espaço no Orçamento para que Lula consiga cumprir promessas de campanha, como o valor mínimo de R\$ 600 para beneficiários do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) e o aumento real (acima da **inflação**) do salário mínimo.

Na semana passada, na segunda vez em que esteve em Brasília após o resultado da eleição, Lula buscou avançar na articulação política para formar a base do

novo governo e consolidara aproximação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Também houve encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele e o petista já haviam se aproximado durante a corrida presidencial.

Em relação a Lira, o cenário era outro -de embate. Mas bastou um mês após a eleição para o PT mudar o tom de ataque ao presidente da Câmara, selar um acordo de apoio à recondução dele para o cargo e sinalizar pouco empenho para mudar o esquema de distribuição de emendas controlado por Lira.

Aliados do presidente da Câmara dizem que, com a nova cara do PT após a vitória de Lula nas urnas, o deputado deve ter uma postura de independência em relação ao novo governo.

Isso significa que há margem para negociações com ele -e também com o PP, apesar de o presidente licenciado do partido, Ciro Nogueira, defender que a sigla seja de oposição.

Lira tem conseguido aglutinar forças para seguir no comando da Câmara.

Sem ter votos para barrar a candidatura dele, PT, PC do B, PV e PSB então se uniram ao bloco de Lira, e anunciaram na semana passada o apoio oficial à reeleição do presidente da Câmara. A escolha do próximo chefe da Casa será em 1º de fevereiro de 2023.

O interesse de Lira e do centrão é manter o controle sobre as emendas de relator, que foram atacadas por Lula na campanha.

Lula, em reunião com Lira, cedeu. Como mostrou a Folha, ele e Lira acertaram que a PEC será aprovada com brecha para a liberação ainda neste ano dessas emendas, que foram usadas como moeda de troca entre o governo de Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso. Há R\$ 7,8 bilhões em emendas bloqueadas.

Apesar de o acordo ter sido confirmado por integrantes do PT, o presidente eleito negou nesta sexta-feira (2) que haja espaço para discutir emendas de relator na PEC.

"Dentro da PEC da Transição, não há espaço para se discutir emendas. Eu fui deputado, sempre fui favorável a que deputado tenha emenda, mas é importante que ela não seja secreta. É importante que a emenda seja dentro da programação de necessidade do governo. E que essa emenda seja liberada dentro do interesse do governo. Não pode continuar da forma que está", afirmou a jornalista.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50117&anchor=6469233&pd=bfc55d5ea0b1ff156f33771d8795246f>

Saiba quais benefícios do INSS podem ter a revisão da vida toda (Previdência)

Ana Paula Branco

Beneficiários de auxílios, pensões e aposentadorias do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) com contribuições altas antes de 1994 podem aumentar sua renda pela revisão da vida toda, recém-aprovada pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Segundo especialistas, a revisão não é restrita a aposentadorias, mas é preciso se encaixar em vários critérios para ter direito.

A correção, a ser pedida na Justiça, inclui toda a vida contributiva do trabalhador no cálculo do benefício, e não apenas os salários após julho de 1994, possibilitando que o segurado receba pela regra que lhe for mais vantajosa.

À exceção do salário-maternidade, todos os demais pagamentos previdenciários são revisáveis, segundo o IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), que participou do processo no STF.

"Não significa que todo mundo terá resultado positivo. Significa que estes benefícios podem ser submetidos à revisão, para então se saber se a renda ficará melhor ou não", diz Emerson Lemes, diretor do IBDP.

"Como a revisão busca modificar o valor do benefício, é indispensável que o beneficiário procure um escritório especializado em revisão da vida toda para fazer os cálculos corretos e verificar se o pedido realmente fornecerá um aumento no valor do benefício", afirma a advogada Carolina Centeno.

A revisão da vida toda pode ser pedida por quem recebe:

Para entrar com o pedido da revisão da vida toda, o beneficiário do **INSS** deve cumprir alguns outros requisitos como o do primeiro pagamento do benefício ter sido feito há, no máximo, dez anos, ou ter feito um pedido de revisão dentro deste prazo.

O essencial para ter direito à correção é o segurado ter contribuições relevantes (em quantidade e valores) antes de julho de 1994 ou poucas contribuições após julho de 1994. Essas contribuições serão incluídas no cálculo do benefício, que, inclusive, pode ficar sem a aplicação do divisor mínimo nas aposentadorias.

Segundo cálculos de advogados previdenciários, se o segurado tiver direito à revisão da vida toda, além de ter um aumento na sua renda mensal, ele poderá receber em torno de R\$ 300 mil em atrasados, como é chamada a diferença acumulada nos cinco anos anteriores à entrada do processo na Justiça mais o período que decorreu até o ganho da ação.

Fonte: advogado Diego Cherulli, que representa o IBDP no processo do tema 1102 no STF

A lei 9.876, de 1999, foi criada para modificar a regra de cálculo da aposentadoria, que considerava somente os últimos 36 salários anteriores ao pedido do benefício.

A norma, porém, definiu duas regras de cálculo, uma para a transição e outra para novos segurados:

Na comparação entre as duas regras, a de transição prejudicou o trabalhador que concentrou as maiores contribuições previdenciárias da sua vida antes do início da vigência do real como moeda do país.

Na última quinta (1º), o STF concluiu o julgamento do tema, possibilitando aos segurados do **INSS** uma revisão de seus cálculos de aposentadoria considerando todas as contribuições, inclusive as pagas em moedas anteriores ao real.

Assim, aposentados e demais beneficiários que começaram a contribuir com a Previdência até 26 de novembro de 1999 poderão ter acesso à mesma regra de quem começou a recolher a partir de 27 de novembro daquele ano.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/saiba-quais-beneficios-do-inss-podem-ter-a-revisao-da-vida-toda.shtml>

Greve, fila recorde e possível calote: o que aconteceu com o INSS em 2022?

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) chega ao fim do governo Bolsonaro sob sério risco de apagão.

Pelas contas da equipe econômica, reveladas pelo jornal Valor Econômico e complementadas pela Folha de S. Paulo, podem faltar ao menos R\$ 15 bilhões para pagar benefícios no último mês do ano.

Via de regra, o **INSS** é pichado como o vilão das contas públicas. Raramente, ele é encarado como o que de fato representa: o principal instrumento de proteção social e distribuição de renda no país.

Isso fica claro quando lembramos que dois terços dos segurados recebem até dois salários mínimos. Ou que o órgão contempla milhões de aposentados rurais (em geral, gente muito pobre) e de pessoas com direito ao BPC - o Benefício de Prestação Continuada, pago a gente também muito pobre.

Por isso, o iminente travamento do **INSS** é o ato derradeiro de uma tragédia social que se arrasta há anos, mas que foi agravada pelo atual governo federal.

2022 foi exemplar nesse sentido. No primeiro semestre, servidores do órgão entraram em greve por dois meses. Além da recomposição salarial na faixa de 20%, eles reivindicavam a realização de novos concursos públicos. O último havia sido realizado em 2015.

A estimativa de sindicatos da categoria é de que o **INSS** precisaria de nada mais, nada menos do que 23 mil novos funcionários para dar conta da demanda em todo o país. Como resultado desse desmonte, o número de benefícios sob análise chegou a bater na casa dos dois milhões.

Felizmente, hoje já não existem mais pessoas acampadas nas portas das agências esperando atendimento. No século XXI, as filas são digitais. No entanto, o prazo de até 60 dias para a avaliação de um pedido, como manda a lei, raramente é respeitado.

Com as eleições batendo na porta, o governo até correu para dar uma satisfação a servidores e segurados. Em outubro, anunciou um concurso público

com mil vagas. A prova foi realizada duas semanas atrás.

Além disso, uma força-tarefa foi organizada na tentativa de zerar a fila de pedidos, agilizando procedimentos feitos pelo Meu **INSS** - o aplicativo que os segurados usam para dar entrada nas solicitações de benefício.

Como resultado, o número de análises pendentes caiu para menos de 1 milhão pela primeira vez em muito tempo.

Só que o custo de aprovação dos novos benefícios pegou de surpresa o caixa do governo. Agora, no apagar das luzes, o time de Bolsonaro corre contra o tempo para costurar uma saída orçamentária e não deixar milhões de brasileiros na mão.

Desafogar o **INSS** precisa ser prioridade absoluta do governo que toma posse em janeiro do ano que vem.

Em primeiro lugar, é necessário concluir as análises no prazo estipulado pela legislação, evitando a judicialização desnecessária de processos.

Isso é importante não só para atender melhor a população, mas também para evitar que a demora acabe gerando prejuízos ao próprio **INSS**, com o pagamento de correção.

Além disso, é preciso repensar o financiamento da Previdência pública, cobrando os devedores. É muito comum no Brasil, infelizmente, você dever ao **INSS** e saber que nada vai acontecer, afirma o advogado Rômulo Saraiva, colunista da Folha de S. Paulo e um dos maiores especialistas no assunto no país.

Para colocar as contas em dia, o **INSS** precisa aprender a morder tal qual o Leão, da **Receita Federal**.

Mas esse é tema para uma futura coluna.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2022/12/06/greve-fila-recorde-e-possivel-calote-o-que-aconteceu-com-o-inss-em-2022.htm>

Tarcísio adia plano de liberar servidor de vacina obrigatória

PEDRO VENCESLAU GUSTAVO QUEIROZ

Uma das promessas mais controversas de campanha do governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos), o fim da obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19 para os **servidores públicos** de São Paulo deve ser adiado. A medida não é prioridade na agenda da área de saúde do gabinete de transição paulista.

A proposta, que foi feita para agradar aos eleitores bolsonaristas e ao entorno do presidente Jair Bolsonaro, tornou-se um potencial foco de desgaste diante do aumento de casos e internações registrado em novembro. Na campanha, Tarcísio defendeu a liberdade das pessoas de receber ou não o imunizante contra o coronavírus.

Segundo integrantes da equipe de transição ouvidos pelo Estadão, o foco das discussões no momento, além de avaliar a atual estrutura do Estado, é encontrar formas de ampliar a telemedicina e assegurar o sistema vacinal completo da covid e de outras doenças.

A equipe também discute como diminuir a fila de cirurgias eletivas, reaproveitar leitos inativos e ampliar o número de especialidades atendidas na rede pública estadual. A desobrigação da vacina, no entanto, ainda não foi completamente descartada.

Pela primeira vez desde de julho deste ano, o Estado voltou a registrar mais de 300 internações por dia de casos suspeitos e confirmados de covid-19 - média mais alta dos últimos quatro meses. Os números acenderam o sinal de alerta e tanto o governo quanto a Prefeitura da capital voltaram a exigir o uso de máscara no transporte público.

PRESSÃO. Dentro do atual cenário, há uma pressão da comunidade médica contra o fim da obrigatoriedade vacinal. Em entrevista coletiva em novembro, Tarcísio indicou a ampliação da distribuição do imunizante no Estado e elogiou a adesão de São Paulo à vacina.

"A epidemia se transformou, vamos ter de nos preparar para isso. Brigar pela oferta de vacinas, (...) incentivar a população a se vacinar, buscar fazer com que as pessoas que não completaram o sistema vacinal possam fazer isso", afirmou o governador eleito,

prometendo ouvir técnicos para tomar decisões na área.

As primeiras escolhas de Tarcísio para a composição da pasta indicaram este caminho. O futuro secretário de Saúde, o médico Eleuses Paiva, foi defensor da ampliação do acesso à vacina anticovid ao longo da pandemia. O anúncio do médico infectologista Esper Kal-lás para a presidência do Instituto Butantan também afastou a pauta antivacina do Estado.

"É fundamental manter a obrigatoriedade do uso da vacina no serviço público. A vacina é um bem pessoal, social e uma obrigação do Estado. Além de ajudar a si, previne a doença na população", disse ao Estadão o médico infectologista David Uip, ex-coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus durante a primeira fase da pandemia e hoje secretário de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento de São Paulo.

Procurada, a assessoria de imprensa de Tarcísio afirmou que a atuação do novo governo sobre a vacinação se dará a partir da conscientização e da garantia da disponibilidade das doses de reforço. "Ao Estado, cabe preservar a liberdade de escolha do cidadão e atuar ativamente na conscientização, tanto dos **servidores públicos** como de toda a sociedade." Segundo o novo governo, o Estado "seguirá garantindo as doses necessárias para todos".

Acordo entre Pacheco e Lira reduz prazo da PEC de Transição para 2 anos

***Raphael Di Cunto, Renan Truffi e Matheus Schuch De
Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Corte do ICMS ameaça plano de socorro, afirma Rio

Rodrigo Carro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Corte do ICMS ameaça plano de socorro, afirma Rio

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Impostos atingem 33,9% do PIB nacional



O deputado federal Marcelo Ramos avalia que a taxaçoão do consumo e da renda é injusta

Brasília - Um levantamento divulgado pela plataforma CupomVálido, com base em dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revela que o Brasil aparece como o segundo país que mais cobra **impostos** das empresas, com uma carga tributária de quase 34%.

A carga tributária brasileira passou de 31,77% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2020 para 33,90% em 2021. O patamar é considerado o mais elevado da série histórica iniciada em 2010. Os dados são do Tesouro Nacional.

O advogado tributarista Matheus Almeida acredita que o volume de **impostos** cobrados no Brasil destoam da capacidade dos governos de darem contraprestações eficientes à população. Outro problema apontado por ele é a complexidade do modelo de arrecadação.

"A carga tributária do Brasil não é a mais alta do mundo, mas a mais complexa, com certeza ela é.

Diariamente são criadas 16 normas tributárias no Brasil.

É extremamente complexo trabalhar na área tributária, tendo em vista o volume de normas e a velocidade que elas são alteradas. Se conseguirmos simplificar isso em uma única guia de arrecadação, já seria uma ajuda gigantesca", avalia o especialista.

Dados de um levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) também revelam que o Brasil é o 15º colocado entre 18 países no fator peso dos **tributos** do relatório Competitividade Brasil 2017-

2018: comparação com países selecionados.

O mesmo estudo indica que o sistema tributário brasileiro é oneroso, complexo e envolve uma burocracia excessiva. Uma das sugestões de saída desse quadro apontada no relatório é a simplificação do sistema tributário nacional, com redução da quantidade de **impostos**.

A complexidade do atual sistema de cobrança de **impostos** e a necessidade de se aprovar uma **reforma tributária** tem sido uma questão unânime também entre os parlamentares. O deputado federal Marcelo Ramos (PSD-AM) entende que o cenário atual é injusto com as pessoas de menor poder aquisitivo e o setor produtivo.

Segundo o parlamentar, é preciso corrigir distorções que envolvem a taxaçoão do consumo e da renda. Uma das possíveis soluções apontadas por Ramos é iniciar uma transição lenta e gradual de redução da tributação sobre a folha de pagamento e sobre o consumo e, como compensação, tributar um pouco mais a renda e a propriedade.

"Eu gosto de citar o exemplo da minha cidade, Manaus.

Lá, se um pobre for ao supermercado comprar um quilo de arroz, ele vai pagar 18% de ICMS. Quem mora na casa mais cara de Manaus paga 0,9% de IPTU, considerada a maior alíquota do imposto. Além disso, quem tem o carro mais caro de Manaus paga 2% de IPVA, também a maior alíquota. Isso é uma aberração, e nós precisamos iniciar uma transição de correção", destaca.

Reforma - Para resolver o problema, no Congresso Nacional está em discussão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, que trata da **reforma tributária**. Entre outros pontos, a medida visa simplificar o modelo de arrecadação de **impostos** no Brasil ao unificar **tributos** Federais, estaduais e municipais.

A PEC 110 propõe a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com unificação de **impostos** federais em um IVA e de estados e municípios em outro. Além de simplificar os **impostos**, a PEC vai modernizar o sistema e conseguir taxar setores digitais da economia.

A **Receita Federal** define carga tributária como a

relação entre a soma da arrecadação federal, estadual e municipal e o Produto Interno Bruto (**PIB**). Ou seja, é quanto os **impostos** e **tributos** representam sobre a riqueza produzida em solo nacional.

O advogado tributarista Matheus Almeida explica que, apesar dos problemas do sistema atual, a cobrança de **impostos** é necessária, tendo em vista que, por meio dessa arrecadação, os governos federal, estaduais e municipais cumprem certas obrigações, como pagamento de salários, por exemplo.

(Brasil 61)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-06-12-2022/>

Saúde pede socorro (Editorial)

O sistema de saúde do Brasil requer atenção especial. A falta de recursos suficientes para bancar programas básicos - as projeções apontam para a necessidade de ao menos R\$ 22 bilhões para fechar o Orçamento de 2023 - coloca em risco a vida de muitas pessoas que dependem do Sistema Único (SUS) para tratamentos, medicamentos e vacinas. Apesar de todos os recordes de arrecadação de **impostos** neste ano, ocorrem cortes importantes nas **despesas**, e nem programas prioritários, como o Farmácia Popular, escaparam. Resultado: faltam remédios de uso contínuo em várias partes do país.

Os problemas no sistema público de saúde no Brasil são crônicos e históricos. Contudo, o desmonte de políticas públicas vitoriosas por falta de verbas ou por qualquer outro motivo custará caro à população, sobretudo à mais carente. A situação se torna mais dramática porque, por conta da pandemia do novo coronavírus, muita gente ficou sem atendimento básico. Consultas foram adiadas, assim com cirurgias eletivas. Não por acaso a fila de espera no SUS bateu recorde e não deve se reduzir tão cedo sem a adoção de planos emergenciais.

Não há como negar que o SUS foi vital para o enfrentamento da covid-19. Muita gente conseguiu sobreviver graças à rede de assistência montada, em conjunto, pelos governos federal, estaduais e municipais. Porém, as demandas da sociedade vão muito além e não podem ser ignoradas. É incompreensível, portanto, que, na hora de passar a tesoura no Orçamento, a administração pública, independentemente do governo, pese a mão sobre o sistema de saúde. Como dizem os especialistas, é piorar o que já está ruim e tirar de muita gente o direito básico de ter um tratamento adequado num hospital ou mesmo em um posto comunitário.

Salta aos olhos o fato de o país não estar se preocupando sequer com os programas de prevenção, em especial, o de imunização. Além de o Ministério da Saúde não ter cumprido requisitos importantes neste ano, sequer fez um planejamento para 2023 no que se refere à compra e à aplicação de vacinas. O descaso é tamanho, que o índice de cobertura vacinal não atingiu nem 70% da população alvo. É o pior nível desde 2015. Daí o fato de o Brasil assistir, atônito, à volta de doenças que se acreditava erradicadas. Ou seja, não está se evitando que um passado tenebroso se repita nem impedindo que novas ameaças se instalem. Entre as crianças de seis meses a três anos de idade, apenas 12% se vacinaram contra a covid-19.

Uma nação que tem, em sua Constituição, a garantia de acesso irrestrito à saúde, é inaceitável que a população esteja vendo esse direito constantemente desrespeitado. Esse quadro desolador se soma ao aumento impressionante da pobreza e da miséria. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que há mais de 62 milhões de brasileiros em situação de pobreza, dos quais 33,2% são jovens entre 15 e 29 anos, e quase 18 milhões estão na miséria absoluta, sendo que quase a metade, 46,2%, tem menos de 14 anos. Estamos diante de uma combinação explosiva: um sistema de saúde precário com parcela importante de jovens e crianças vivendo em condições lamentáveis.

O Brasil precisa, urgentemente, redefinir suas prioridades. E o sistema de saúde deve ser uma delas. Compreende-se que não há dinheiro para tudo, que é necessário ter responsabilidade fiscal. Mas mecanismos eficientes de gestão podem ser o pontapé inicial para que a preservação da vida esteja sempre em primeiro plano, seja por meio de um programa nacional de imunização decente - o país já foi modelo para o mundo nesse quesito -, seja garantindo acesso a medicamentos e a tratamentos. Não é pedir demais.

Para segurar preços, país troca biocombustíveis por derivados de petróleo

Nicola Pamplona

A recuperação das vendas de combustíveis após a pandemia no Brasil foi dependente de importações e mais poluente, reflexo do esforço do governo para segurar a escalada de preços provocada pela alta das cotações internacionais do petróleo.

Com o corte de **impostos** sobre a gasolina, o consumo de etanol em 2022 é o menor dos últimos cinco anos. As vendas de biodiesel foram derrubadas pela redução na mistura obrigatória no diesel e recuaram a níveis de 2019.

"Andamos para trás. O Brasil passou a importar mais combustíveis e exportar empregos e divisas", diz o ex-diretor da ANP Luiz Augusto Horta. "Foi uma intervenção atabalhoada, equivocada, que só privilegiou gasolina e diesel."

Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o consumo de combustíveis líquidos chegou a 100,8 bilhões de litros nos primeiros dez meses de 2022, batendo recorde histórico.

A alta é puxada principalmente pelo consumo de diesel, que ficou na casa dos 2,9 bilhões de litros no período, também recorde. As vendas de gasolina também sobem, recuperando as perdas da pandemia, mas ainda estão abaixo do registrado em 2017.

No caso do diesel, porém, os recordes não impulsionaram as vendas de biodiesel, já que o governo vem mantendo a mistura obrigatória em 10% para conter a alta no preço do combustível. Pelo cronograma original, deveria estar em 14%.

Nos primeiros sete meses do ano, dados mais recentes disponíveis pela ANP, as vendas de biodiesel no país somaram 3,6 bilhões de litros, o menor volume desde os 3,3 bilhões do mesmo período de 2019, quando a mistura era de 11%.

A redução da mistura foi decidida em um momento de escalada do preço do biodiesel, e, em novembro, o Ministério de Minas e Energia anunciou que os 10% serão mantidos até março de 2023, para que o novo governo decida pela retomada do cronograma original.

"Tem um setor empresarial que atendeu ao pedido do governo por descarbonização, por uma matriz de combustíveis mais verde, mais limpa, mais sustentável, e isso foi descartado", diz o economista-chefe da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).

Segundo ele, os investimentos nos últimos anos já previam um incremento da mistura para até 20% e, portanto, o setor trabalha com uma ociosidade de 50%.

A questão dos preços, defende, foi pontual, e hoje o biodiesel tem custo equivalente ao do diesel importado.

No caso do etanol, a perda de competitividade em relação à gasolina derrubou as vendas a 12,9 bilhões de litros entre janeiro e outubro. É o menor valor desde 2017, segundo os dados da ANP. O mercado foi ocupado pela gasolina, que teve o melhor volume de vendas desde aquele ano: 34,8 bilhões de litros.

Considerando o produto vendido nos postos e os volumes misturados à gasolina, o etanol representou, nos sete primeiros meses de 2022, 47,5% dos combustíveis consumidos por veículos leves no país. Nos quatro anos anteriores, o volume de etanol foi superior ao de gasolina.

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) diz que, além da perda de competitividade no segundo semestre, a quebra de safra em 2021 prejudicou as vendas no início do ano, quando os preços do etanol escalaram.

A produção, diz a entidade, está se acelerando neste fim de ano, quando o produto já não é mais tão competitivo devido aos cortes de **impostos** da gasolina.

A substituição dos renováveis por combustíveis fósseis tem implicações na balança comercial brasileira. Com menos biodiesel e aumento das vendas, as importações de diesel dispararam no primeiro semestre, chegando a 7 bilhões de litros, alta de 31% em relação a 2019, antes da pandemia.

O novo governo terá o desafio de equacionar a questão, dizem os entrevistados. O setor público, diz a

Unica, "precisa garantir um arcabouço legal e regulatório que reconheça os benefícios das energias renováveis e ofereça estabilidade e previsibilidade para investimentos".

O coordenador da área energética da equipe de transição, Maurício Tolmasquim, diz que ainda não há definições sobre o tema, mas que a ideia é estimular o consumo de combustíveis renováveis.

"O Brasil está se posicionando fortemente na questão da transição energética e, sem dúvida, os biocombustíveis fazem parte dessa transição. Então a ideia é estimular, mas tem a questão dos preços, então temos que ver melhor a situação", pondera.

Ele elogia a decisão de prorrogar o prazo para avaliar a mistura de biodiesel. "Como existe uma polêmica entre o setor de transportes e o biodiesel, é prudente que o novo governo tenha prazo para tomar pé da situação."

Henrique Jager, do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), diz que o cenário reflete uma série de políticas equivocadas. "De um lado, a falta de um programa robusto de alteração na matriz de transporte do país, dominada pelo transporte rodoviário", afirma.

De outro, continua, o "quase abandono" do programa de biodiesel no Brasil, a falta de uma política de estoques mínimos de etanol para reduzir volatilidades, os subsídios aos combustíveis fósseis e a falta de incentivo da frota movida a eletricidade.

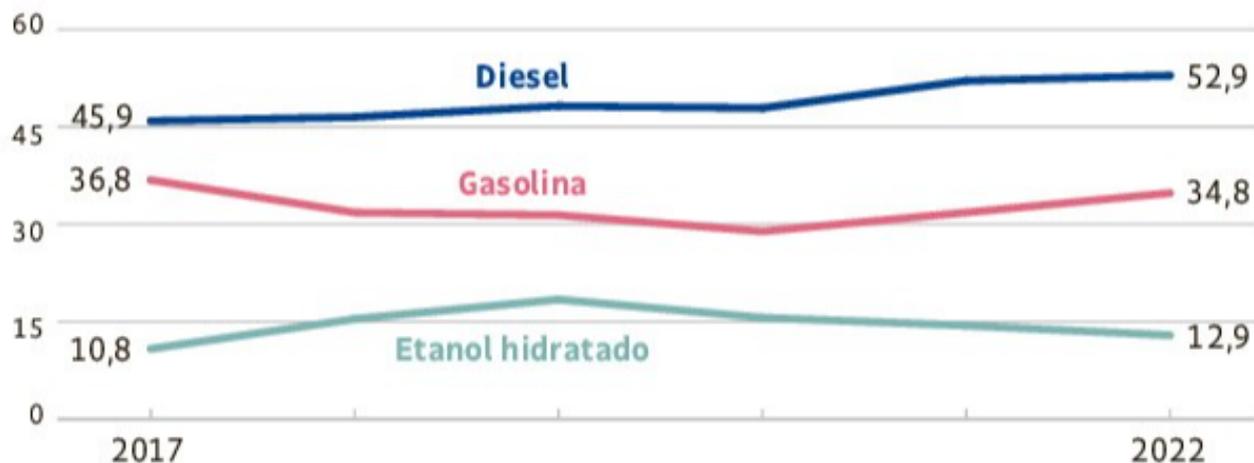
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

17

Consumo de combustíveis no Brasil entre janeiro e outubro

Em bilhões de litros



Fonte: ANP

Diplomacia ambiental fará do país relevante, diz professor



Lula posa para fotografia com representantes de povos originários do Brasil, na COP27, em Sharm el-Sheikh, no Egito. ASSOCIATED PRESS - 11/16/22/AFR

MUNDO Daniel Buarque

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai ter algumas oportunidades importantes para reconquistar um lugar de destaque para o Brasil na política internacional. Após quatro anos de Jair Bolsonaro (PL), período em que muitos parceiros no exterior colocaram um "pé no freio" nas relações com o país, o contexto global é desafiador, mas pode permitir que o Brasil recupere prestígio. A principal delas, segundo o professor de relações internacionais Antônio Carlos Lessa, é a diplomacia ambiental.

"Se o Brasil estruturar a política externa a partir do protagonismo na agenda ambiental, temos um bom caminho para começar. Não será difícil construir uma imagem crível de novo", disse Lessa.

Professor de relações internacionais na Universidade de Brasília, em pesquisa nos EUA, na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, ele alega que o atual presidente fez o trabalho de um "idiota útil" na política externa.

"Algumas agendas que são particularmente custosas, que tinham custos efetivos altos, foram trabalhadas de modo tão atrapalhado que, no final das contas, diminuí o custo de operação para o novo governo", disse, citando como exemplo a candidatura do país à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

* A política externa do governo Bolsonaro foi muito criticada ao longo de quatro anos. Que impactos esse

rompimento com as tradições do Itamaraty podem deixar na diplomacia brasileira? É preciso pensar esses impactos em camadas diferentes. Há uma superficial, em que o prejuízo que ele causa também é mais superficial. É como um risco em um amesbopolida, em que se faz um tratamento e se recupera sem dificuldade. Não é uma cicatriz profunda. Vimos isso, por exemplo, nessa capacidade quase imediata após a eleição de termos uma adesão maciça de parte da comunidade internacional saudando a vitória de Lula.

Nessa dimensão, o retorno do Brasil a posições interessantes da cena internacional não vai ser difícil. São questões que podem ser facilmente retomadas; por mais que não haja mais espaços vagos na política internacional, talvez o Brasil tenha tradicionalmente atributos que facilitem esse reposicionamento.

Na dimensão dos estragos mais permanentes externos, um importante é aquela imagem tradicional do Brasil como um parceiro crível. O Brasil de Bolsonaro reverteu tão rapidamente compromissos importantes nos quais o país aparecia como fiador relevante, e isso foi tão fácil de ser feito numa mudança de governo, que a grande questão é que ninguém garante que isso não acontecerá de novo, em uma outra alternância violenta. Isso foi tão facilmente desmantelado que deixa uma marca importante, criando uma desconfiança.

Houve algum avanço relevante nesse período? Desde o primeiro momento, Bolsonaro fez o trabalho de um idiota útil. Algumas agendas que são particularmente custosas foram trabalhadas de modo tão atrapalhado que, no final das contas, diminuí o custo de operação para o novo governo. Por exemplo, tínhamos chegado a um impasse no arranjo regional, especialmente em torno da relevância e funcionamento da Unasul. Ao mesmo tempo, há a estagnação do Mercosul, da dimensão sub-regional. Nesse contexto, os desvarios de Bolsonaro, a desarticulação da Unasul, fazem com que o Brasil tenha que pensar num arranjo diferente, que parta do consenso entre vizinhos para dar efetividade a ele.

Bolsonaro prestou um serviço pelos custos efetivos na candidatura do Brasil à OCDE e na preparação para a entrada no grupo. Esse é um ponto a que historicamente a esquerda resistiu, devido aos

controles e compromissos **impostos** pela OCDE à gestão macroeconômica e de políticas públicas. Esse é um caso notório da política externa em que Bolsonaro faz um trabalho sujo que pode ser útil. Não há dúvida de que a adesão à OCDE fará bem ao Brasil, do ponto de vista da captação de investimentos na captação de recursos, da transparência, combate à corrupção e da gestão de políticas públicas.

De forma semelhante, a aprovação rápida do acor do do Mercosul com a União Européia, ainda que os avanços mais concretos tenham se dado no governo **Temer**. Mas a conclusão do acordo é um desses trabalhos que Lula teria um custo elevado para processar. Aí há algo positivo, que oferece uma ponte para ele construir e reconstruir a agenda internacional.

O sr. diz isso, mas antes mencionou uma possível perda de credibilidade do Brasil. O fato de Lula voltar ao poder com um discurso e ações que en-caminhama tentativa de controlar melhor a posição internacional do Brasil pode conseguir avançar esses projetos? É verdade que houve uma mudança e que ilegalidades foram empoderadas pelo atual governo, mas o país tem uma credencial facilmente recuperável. E a agenda de política externa vai se estruturar em tomo disso, porque realmente a leitura que se faz é a da urgência da agenda ambiental, a ocorrência de emergências climáticas dramáticas. Se o Brasil consegue estruturara política externa a partir do protagonismo na agenda ambiental, temos umbom caminho para começar. Não será difícil construir uma imagem crível de novo. O protagonismo na agenda climática é a única possibilidade de o Brasil adquirir rapidamente relevância internacional.

Sua pesquisa atual trata da relação dos EUA com o Brasil. Ela mudou radicalmente nos últimos anos, primeiro com um alinhamento total de Bolsonaro a Trump, depois com o distanciamento de Biden. Como avalia essa situação nesse contexto da volta de Lula ao poder? O comando mais fácil de ser reativado é o do pragmatismo, que historicamente informa a gestão das relações bilaterais, agora temperado por circunstâncias históricas diferentes. O retorno de um comando pragmático é importante, inclusive como chave para a gestão de outras questões, como a estabilidade da América Latina e a questão da Venezuela.

Nos governos de Lula, a China era uma potência emergente e agora é uma superpotência. E a rivalidade entre China e EUA, especialmente na região, vai ser muito importante. Temos a oportunidade de testar uma gestão de política externa racional, reinstalando o comando pragmático no tratamento das relações com Washington, e avaliar os efeitos dessa rivalidade de um modo pragmático

também, para que o Brasil ganhe com isso. Pensar com criatividade o que é possível extrair de ganhos concretos com essa crescente rivalidade que se instalou na América Latina.

Lula se dá muito bem e tem essa perspectiva de um recobro das relações com a China, mas também a perspectiva de recobrar as relações com os EUA. Vamos ter ali o melhor dos mundos para negociar uma posição de equilíbrio que leve ao crescimento do perfil internacional do país.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50117&anchor=6469287&pd=20fa0417cb38f4f5d844bac2ab98ec0c>



Desde o primeiro momento, Bolsonaro fez o trabalho de um idiota útil. Algumas agendas que são particularmente custosas foram trabalhadas de modo tão atrapalhado que, no final das contas, diminui o custo de operação para o novo governo

Estados agem para recompor ICMS

ADRIANA FERNANDES

Os governadores teriam de elevar em quatro pontos percentuais, de 17,5% para 21,5%, a alíquota média padrão do ICMS, a partir de 2023, para compensar a perda de arrecadação com a desoneração de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. É o que mostra pesquisa do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), obtida pelo Estadão. A expectativa é de que o estudo sirva de base para que os governadores busquem essa recomposição. Antes mesmo do trabalho do Comsefaz, Pará, Piauí, Paraná e Sergipe já haviam encaminhado às respectivas Assembleias Legislativas proposta de aumento de impostos.

A cobrança do ICMS sobre os três itens, que correspondiam a cerca de 30% da arrecadação dos Estados, caiu neste ano depois que o Congresso aprovou projeto limitando as alíquotas para produtos classificados como essenciais. O objetivo declarado era o de combater a inflação, mas virou uma dor de cabeça para os governadores, que reclamam de perda de receitas para manter ações em áreas como saúde e educação.

A pesquisa foi feita para subsidiar os novos governadores e os reeleitos na decisão sobre a programação financeira a partir de 2023. Hoje, a alíquota padrão, chamada no jargão tributário de modal, varia entre 17% e 18%. A alíquota padrão responde por um terço de todo o faturamento dos Estados com o ICMS no ano.

O diretor institucional do Comsefaz, André Horta, explica que a elevação das alíquotas seria para manter a mesma carga tributária de antes das mudanças aprovadas pelo Congresso. Horta acrescenta que há outras formas de reorganizar as finanças, mas o estudo calculou a mais "intuitiva e célere". E entre as alternativas ao aumento do imposto, está a reestruturação das receitas via redução dos benefícios de setores.

AMOSTRA. A elevação da alíquota poderia proporcionar R\$ 33,5 bilhões e neutralizar a perda de arrecadação no grupo de Estados que responderam à pesquisa do Comsefaz. Goiás, por exemplo, teria de elevar a alíquota modal de 17% para 24,2% - o maior movimento, de acordo com a pesquisa, que avaliou 17 Estados e o Distrito Federal. São Paulo prometeu repassar os dados em breve. Se Paulo Guedes assumir a Fazenda paulista depois da sondagem pode

criar embaraço, pois o ministro da Economia foi defensor das medidas para reduzir o tributo estadual.

Para entrar em vigor no ano que vem, a nova alíquota padrão do ICMS teria de ser proposta ainda em 2022, seguindo o princípio da anterioridade tributária. "Se as Assembleias não aprovarem neste ano, não se aplica a mudança em 2023.

Só em 2024", alerta o estudo.

Horta afirma que dois terços da arrecadação do ICMS não são provenientes da alíquota padrão. "Os governos estão entrando com as propostas para recuperar o mesmo nível de receita." Ele lembra que a decisão sobre o acordo que está sendo costurado no Supremo Tribunal Federal (STF) foi adiada por 120 dias

Foco Pesquisa do Comsefaz foi feita para subsidiar decisão dos Estados sobre orçamentos de 2023

Síte: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prefeitas têm desempenho fiscal melhor que homens, diz pesquisa

Cibelle Bouças De Belo Horizonte

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Lula recebe visita de enviado de Biden

Matheus Schuch e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Tributação versus inflação (Artigo)

Thomas Marcos Franco Alves Rocha

Veja a matéria no site de origem:

blob:<https://web.telegram.org/56f87f60-0253-44e1-99d9-02e1b7e54e37>

Site: *blob:<https://web.telegram.org/56f87f60-0253-44e1-99d9-02e1b7e54e37>*

Responsabilidade social e responsabilidade fiscal (Tendências/Debates) (Artigo)

Gilmar Mendes Ministro do Supremo Tribunal Federal desde 2002 e ex-presidente da corte (2008-2010) Felipe Salto Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo; foi o primeiro diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente)

A volta da democracia, coroada pela promulgação da Constituição de 1988, trouxe muitos avanços sociais. O lema da democracia é a dignidade humana, segundo o qual cada cidadão é um fim em si mesmo. A partir dessa diretriz, implementamos o SUS e o Fundeb, orientados pela universalidade e gratuidade na prestação do serviço público. A evolução dos indicadores nas áreas da saúde e da educação não deixam margem à dúvida quanto ao acerto dessas políticas de Estado. É hora de sedimentar essas mudanças e pavimentar novos caminhos.

O Brasil tem um enorme desafio pela frente. Há ainda uma grande dívida social a ser paga, particularmente nas áreas assistencial e de saneamento básico. É claro que tudo isso custa, e nossos gastos públicos e carga tributária são elevados quando comparados ao padrão dos países de nível similar de desenvolvimento. Tributação elevada e gastos mal empregados provocam distorções alocativas e instabilidade macroeconômica, em prejuízo do crescimento econômico. E, sem ele, torna-se difícil pagar nossa dívida social, ainda que haja programas bem desenhados.

Felizmente, não há incompatibilidade entre responsabilidade fiscal e social. Ambas convivem e se apoiam mutuamente. Não iremos longe no enfrentamento da questão social sem responsabilidade fiscal. Mas esta não é um fim em si mesma. Serve para criar as condições adequadas para que a economia possa crescer e o Estado prestar os serviços de que a população necessita.

A responsabilidade fiscal deve ser compreendida de modo abrangente. Inclui a noção de sustentabilidade fiscal. Os gastos públicos não podem evoluir sem financiamento adequado; vale dizer, não podem produzir distorções no sistema econômico e colocar em dúvida a capacidade de pagamento do Estado. Do contrário, o resultado é conhecido: baixo crescimento e **inflação**. Em seu texto inicial, a Constituição já continha comandos importantes destinados ao controle da dívida pública.

As regras fiscais devem fazer parte da institucionalidade do país, com diretrizes para os gastos e a dívida, arquitetadas de modo a arrefecer o ciclo da economia e oferecer flexibilidade para atuar nos momentos de maior dificuldade.

A responsabilidade fiscal, entretanto, é mais do que gastos e dívida sob controle. Envolve também o uso adequado dos recursos públicos. Os gastos precisam ser efetivos, oferecendo serviços adequados e renda para a população mais necessitada. Há muito a se avançar no país em relação a esse tema. Precisamos adotar instrumentos modernos de planejamento e gestão desses recursos.

Destacamos aqui a chamada revisão periódica de gastos, conhecida internacionalmente como "expenditure review". A revisão de gastos faz um escrutínio orçamentário periódico, de modo a ajustar as despesas que não cumprem adequadamente seus objetivos, abrindo espaço para novas políticas, sem prejudicar a sustentabilidade fiscal.

Estamos falando aqui de avaliação das políticas públicas, não apenas as executadas por meio de despesas públicas, mas também as que se efetivam via gastos tributários, as renúncias de receita. Não temos tradição nessa área. As despesas e renúncias são introduzidas e se mantêm inercialmente, sem levar em conta seus resultados. É preciso que a avaliação se institucionalize no país e, ainda mais importante, seja incorporada em nossa prática e cultura como algo normal e automático.

Há ainda o plano fiscal do médio prazo, destinado a planejar o gasto público em um certo horizonte, de modo a refletir as prioridades do país dentro da capacidade de financiamento de médio prazo. Temos que encontrar o nível adequado de extração de recursos da sociedade por meio da tributação e o grau de disposição dos poupadores de financiar o Estado por meio do crédito e dos títulos públicos.

Enfim, o país não pode parar. Vamos aprimorar o SUS e o Fundeb e avançar em outras políticas demandadas pela população, notadamente as demandadas pela parcela mais vulnerável. Isso só será possível se a responsabilidade social e a fiscal andarem de mãos dadas. Vamos em frente!

Gilmar Mendes

Ministro do Supremo Tribunal Federal desde 2002 e
ex-presidente da corte (2008-2010)

Felipe Salto

Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de
São Paulo; foi o primeiro diretor-executivo da IFI
(Instituição Fiscal Independente)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50117&anchor=6469231&pd=6600a95790a384c3e639caad0cd19372>

[...]

Destacamos aqui a chamada revisão periódica de gastos (...). [A “expenditure review”] faz um escrutínio orçamentário periódico, de modo a ajustar as despesas que não cumprem adequadamente seus objetivos, abrindo espaço para novas políticas, sem prejudicar a sustentabilidade fiscal

Transição admite PEC mais enxuta, com despesa extra entre R\$ 135 bi e R\$ 150 bi



O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, cumprimenta o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em encontro em novembro. Foto: L. L. Silva - 9/Nov/22/76189000

Alexa Salomão *brasil*

O governo eleito passou a considerar o cenário de aprovação de uma versão mais enxuta para a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que busca abrir caminho para o cumprimento de promessas eleitorais nos próximos anos. O tamanho das despesas extras pode cair dos R\$ 198 bilhões solicitados para um patamar entre R\$ 135 bilhões e R\$ 150 bilhões.

A menor permissão para despesas fora do teto (norma constitucional que impede os gastos de crescerem acima da **inflação**) seria uma nova limitação à PEC proposta pelo governo eleito. O PT já havia admitido nos bastidores ceder no prazo de duração para essa licença excepcional -antes de quatro anos, o período deve ficar limitado a dois anos.

O texto da PEC deve ser votado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado nesta terça-feira (6) e pode ser levado para a votação em plenário na quarta (7). Nesta segunda (5), o relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou que a duração dos efeitos da proposta deve cair pela metade.

"Nós estamos trabalhando para que a PEC seja aprovada por dois anos. Hoje [segunda] vai ser um dia de articulações, de negociações, de conversar com os senadores, de contar os votos para que amanhã [terça] a gente possa aprovar, se possível, na Comissão de Constituição e Justiça", afirmou Castro à imprensa.

O senador Alexandre Silveira (PSD-MG) foi designado nesta segunda-feira relator da PEC. Ele e Castro se

reuniram nesta segunda com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), da Câmara, Arthur Lira (PP) e da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e com o senador Jaques Wagner (PT-BA), que tem sido escalado para negociar o texto por parte do governo eleito.

Interlocutores do governo eleito já receberam a sinalização de que senadores da base de Jair Bolsonaro (PL) devem pedir vista (mais tempo para análise). Nesse caso, a PEC poderia ser votada na CCJ nesta quarta de manhã e no plenário do Senado à tarde.

Silveira disse que seu relatório será construído com "diálogo e absoluto respeito aos pares" e que tem "absoluta dimensão do que essa matéria representa para o povo". O mineiro é um dos mais próximos a Pacheco e Alcolumbre. O nome dele tem sido ventilado para comandar um dos ministérios que deve ser reservado ao PSD.

O valor final ainda está em debate. Mas a equipe de economistas do grupo de transição já informou à ala política que algo entre R\$ 135 bilhões e R\$ 150 bilhões contemplaria as principais promessas de campanha -descomprimindo a pressão sobre a dívida pública, que seria maior com o valor próximo de R\$ 200 bilhões.

O montante final, porém, ainda vai depender de uma negociação envolvendo o atual governo e o Congresso. Quando lhe foi perguntado sobre uma mudança no valor da PEC, Castro respondeu que não há nada nesse sentido.

Na semana passada, o governo de Bolsonaro realizou novo bloqueio orçamentário de R\$ 5,72 bilhões para cumprir a regra do teto de gastos e também sinalizou que pretende cortar emendas RP9, as chamadas emendas de relator.

Dentro das restrições na reta final do ano, alguns grupos políticos entendem que a PEC que altera os limites de gastos para o Orçamento de 2023 poderia contemplar espaços adicionais também para resolver as limitações do Orçamento de 2022 e preservar as emendas do relator.

De acordo com relatos colhidos pela Folha, Silveira já

tem avaliado as diferentes opções que foram apresentadas nos últimos dias. O senador chegou a fazer contato com integrantes do Ministério da Economia para sondar alternativas.

Na pasta do atual ministro, flávio Guedes, a proposta considerada razoável é a do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele protocolou no Senado uma PEC que amplia o teto em R\$ 80 bilhões em 2023.

Também está tramitando na Casa uma PEC de autoria da senadora Leila Barros (PDT-DF) e do grupo Elas no Orçamento, que propõe um limite de até R\$ 125 bilhões fora do teto e traz parâmetros para um novo regime fiscal que deveria ser implementado por lei complementar.

Outro texto em discussão é a proposta do senador José Serra (PSDB-SP), que abriria um crédito extraordinário de R\$ 100 bilhões para os programas de transferência de renda e determina que o novo governo terá seis meses para enviar ao Congresso Nacional uma nova âncora fiscal balizada pelo limite de endividamento no lugar do atual teto de gastos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

17

Juros futuros voltam a subir, Bolsa cai e dólar avança com expectativas sobre proposta

Lucas Bombana são paulo

Após ter recuado ao longo da semana passada, o mercado local de juros retomou a trajetória de alta no pregão desta segunda-feira (5), com as atenções dos investidores voltadas para as perspectivas para a política fiscal e monetária do país.

Na noite de domingo (4), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), divulgou a pauta de votação da semana com a previsão de análise da PEC da Transição para esta quarta-feira (7).

O texto protocolado autoriza o governo eleito a excluir as despesas com o programa Auxílio Brasil -que voltará a se chamar Bolsa Família- do teto de gastos. Pela proposta protocolada no Senado, a PEC da Transição terá impacto de R\$ 198 bilhões.

O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou que o relator da PEC será o colega Alexandre Silveira (PSD-MG) e que a proposta deve ter duração de dois anos.

O temor dos agentes financeiros acerca da condução da política fiscal a partir de 2023 pelo governo Lula e dos impactos para a trajetória da dívida pública fez com que os juros futuros, que embutem as expectativas do mercado sobre os rumos para a taxa Selic, tenham voltado a registrar alta.

O contrato de juro futuro com vencimento em 2024 avançou de 13,82% na sexta (2) para 14% nesta segunda. O título para 2027 passou de 12,49% Para 12,75%.

Em um cenário de maior aversão ao risco tanto no país como em escala global, a Bolsa brasileira registrou forte queda, com o Ibovespa fechando o dia em baixa de 2,3%, negociado aos 109.380 pontos. Foi a maior queda desde 25 de novembro, quando o índice de ações caiu 2,55%, após encontro do ex-prefeito Fernando Haddad, principal cotado para o ministério da Fazenda, com banqueiros em evento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

O dólar avançou 1,32% ante o real, a R\$ 5,2820 para

venda, a maior alta também desde 25 de novembro.

"É uma semana-chave para a política econômica. No plano fiscal, o Senado provavelmente votará a emenda constitucional que permite gastos acima do teto no ano que vem. Os participantes do mercado também vão acompanhar de perto os sinais de Lula sobre nomes para a equipe econômica", apontam os analistas da XP Investimentos.

Segundo os analistas da Nord Research, com a percepção do mercado de uma política fiscal mais expansionista que pode comprometer a dinâmica das contas públicas, os investidores passaram a exigir mais prêmio para financiar o governo, com reflexo nas altas dos juros futuros.

Economista-chefe da Mirae Asset Wealth Management, Julio Hegedus Neto prevê que a votação no Senado deve vir com números menores de impacto fiscal em relação aos inicialmente apresentados, mais próximo de R\$ 150 bilhões e com prazo de dois anos.

O economista acrescenta que, na formação da equipe econômica, as atenções estarão voltadas principalmente para a nomeação do ministro da Fazenda, com o nome do ex-prefeito Fernando Haddad como o mais forte nas apostas do mercado no momento.

Os analistas da XP dizem ainda que também estará no radar do mercado nesta quarta a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC (Banco Central).

"É amplamente esperado que a taxa básica permaneça em 13,75%. Mas o comitê pode reforçar no **comunicado** pós-reunião a importância de uma política fiscal equilibrada para ajudar a manter as expectativas de **inflação** bem ancoradas", dizem os analistas da XP.

No boletim Focas publicado nesta segunda pelo BC, as estimativas dos analistas para o IPCA aumentaram, pela terceira semana seguida, de 5,02% para 5,08%.

Já a taxa Selic deve encerrar 2023 em 11,75%, ante n.50% no levantamento anterior.

No mercado global, as Bolsas dos EUA operam no campo negativo, com dados indicando uma economia que segue aquecida que aumentam os temores sobre um aperto monetário mais agressivo por parte do banco central americano (Federal Reserve).

O S P 500 fechou em queda de 1,79% nesta segunda, enquanto o Dow Jones cedeu 1,40%, e o Nasdaq, 1,93%.

Números divulgados nesta segunda indicaram que a atividade do setor de serviços acelerou inesperadamente em novembro, com uma recuperação do emprego.

O Instituto de Gestão do Fornecimento (ISM) disse nesta segunda-feira que seu PMI não manufatureiro aumentou para 56,5 no mês passado, de 54,4 em outubro, que foi a leitura mais baixa desde maio de 2020.

Economistas consultados pela Reuters previam que o indicador cairia para 53,1. Uma leitura acima de 50 indica expansão no setor de serviços, que responde por mais de dois terços da atividade econômica dos EUA.

A pesquisa se seguiu a dados de sexta-feira (2) mostrando um crescimento de empregos e salários mais forte do que o esperado em novembro. Os dados recentes representam um contraponto ao objetivo do Fed de reduzir o ritmo de ajustes na reunião da semana que vem, aponta o economista-chefe da Mirae Asset.

Segundo ele, ainda predomina no mercado a opinião de que o novo aumento do Fed deve desacelerar a 0,5 ponto percentual, ante as últimas quatro altas de 0,75 ponto, mas com a taxa se mantendo no patamar de 5,0% por um tempo "suficientemente adequado". Após a última alta no início de novembro, a taxas de juros nos Estados Unidos está em um patamar entre 3,75% e 4% ao ano.

Hegedus Neto lembra ainda que, a partir desta segunda (5), começou a valer o teto de US\$ 60 para o petróleo vendido pela Rússia, o que deve resultar na ameaça no fornecimento aos países que endossarem esta medida.

Na Europa, o índice de ações Euro Stoxx 50 recuou 0,54%, com quedas de 0,67% do CAC-40, de Paris, e de 0,56% do DAX, de Frankfurt.

Já nas Bolsas da Ásia, o dia foi de alta para as ações, com algum alívio do mercado na esteira da reabertura da economia chinesa, com o governo relaxando

medidas de restrição da política de Covid zero após protestos da população.

O Hang Seng, índice acionário de Hong Kong, teve alta de 4,5%, enquanto o CSI300, da China, subiu 1,96%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50117>

Projeções para a taxa básica de juros em 2023

Em % ao ano



Fonte: Boletim Focus - Banco Central

Chefe da UE ataca 'distorções' de plano dos EUA para o clima

Três dias depois de Emmanuel Macron criticar medidas econômicas dos EUA, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ecoou o líder francês no último domingo (4) e afirmou que a União Europeia deve traçar estratégias para enfrentar o que chamou de "distorções" econômicas criadas por Washington.

Nesta semana, durante encontro com o homólogo americano, Joe Biden, em Washington, Macron criticou os subsídios incluídos pela Casa Branca na chamada Lei de Redução da **Inflação**, batismo eufemístico para acelerar a aprovação de um pacote ambiental tal de US\$ 430 bilhões. Segundo o francês, os incentivos garantidos pelo texto são agressivos para empresas do país europeu.

Em sintonia com Macron, Ursula von der Leyen criticou o protecionismo americano e defendeu, sem entrar em detalhes, a implementação de medidas na Europa com o objetivo de reequilibrar os setores em que a Lei de Redução da **Inflação** "cria distorções".

Ela disse ser necessária a abertura de novos canais de diálogo dos países europeus com a Casa Branca para discutir "aspectos preocupantes" da lei. "A competição é boa, mas essa competição deve respeitar o campo de jogo nivelado", disse Von der Leyen, em pronunciamento na cidade de Bruges, na Bélgica.

É incerto como a legislação americana pode afetar o mercado europeu. Entre outras áreas, Biden quer impulsar o setor de veículos elétricos para promover empregos no setor industrial, a transição energética e a concorrência tecnológica com a China.

Líderes da UE dizem que o plano representa uma ameaça aos empregos europeus, em especial nas áreas de energia e automobilística. A lei prevê, por exemplo, uma dedução fiscal para a compra de um carro elétrico fabricado nos EUA, medida que a UE considera contrária às regras do comércio internacional.

Segundo Von der Leyen, o bloco precisa ajustar suas regras para facilitar o investimento público na transição energética, além de reavaliar a necessidade de mais financiamento durante esse processo. "Precisamos fazer nosso dever de casa e, ao mesmo tempo, trabalhar com os EUA para mitigar as desvantagens",

disse, acrescentando que uma guerra comercial não é "inteiramente ruim para nenhum país".

Na quarta, ao rebater as críticas feitas por Macron, Biden afirmou que a criação de empregos nos EUA não acontece "às custas da Europa" e que países europeus devem traçar estratégias de "forma mais rápida" para que tenham a mesma ambição de Washington.

Apesar das divergências, Biden e Macron procuraram mostrar sintonia. Eles anunciaram a formação de uma força-tarefa com a UE para lidar com disputas comerciais relacionadas à energia limpa. E Biden não descartou a possibilidade de ajustes nas políticas econômicas, dizendo que elas não tiveram a intenção de excluir os europeus.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50117&anchor=6469287&pd=20fa0417cb38f4f5d844bac2ab98ec0c>



A competição é boa, mas essa competição deve respeitar um campo de jogo nivelado. [...] Precisamos fazer nosso dever de casa e, ao mesmo tempo, trabalhar com os EUA para mitigar desvantagens

Ursula von der Leyen

presidente da Comissão Europeia

Risco fiscal assusta mercado



Raphael Pati*

A incerteza sobre o aumento de gastos que será provocado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que deve ser votada amanhã no Senado continuou gerando insegurança no mercado e contribuiu para que o Índice Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechasse com queda significativa de 2,36%, ontem, aos 109.279 pontos. Por sua vez, o dólar seguiu renovando as máximas e atingiu o patamar de R\$ 5,28, com aumento de 1,24%.

"A expectativa do mercado nesse momento é por uma aprovação da PEC com gastos fiscais entre R\$ 120 e R\$ 170 bilhões acima do teto, e uma resolução de âncora fiscal ficando para 2024", disse o analista chefe da VG Research, Luan Alves.

O analista observou, ainda, que, como mostrou o Boletim Focus divulgado ontem, as projeções de juros e de **inflação** para o ano que vem estão em alta. Segundo o Focus, a previsão de **inflação** para 2023 subiu de 5,02% para 5,08%, acima do teto da meta de 4,75%. Diante disso, os analistas de mercado também esperam que as taxas de juros continuem apertadas.

"Essa perspectiva de juros maiores no futuro, ainda com grande incerteza sobre as questões econômicas e fiscais, tende a aumentar a preferência pela renda fixa, o que significa que mais dinheiro é tirado da bolsa e renda variável", analisou.

A B3 foi influenciada, também, pelo comportamento das bolsas no exterior. Nos EUA, o índice Dow Jones recuou 1,4%, enquanto que o índice Nasdaq, das principais empresas de tecnologia, teve queda de 1,93%. Na Europa, a Euro Stoxx 50 terminou o dia com recuo de 0,54%. "O foco dos investidores está

voltando aos dados de **inflação** que saem antes da última reunião do ano do Fed (o banco central norte-americano)", explicou Alves.

EUA e China

O principal motivo para o cenário mais turbulento no exterior foi a apreensão dos investidores com o resultado robusto do setor de serviços dos EUA, que pode indicar uma necessidade de aperto monetário mais forte por parte do Fed. Já na China, há esperanças de flexibilização da política de covid zero, o que afeta positivamente o setor do minério de ferro, que encerrou o dia com aumento de 1,02%, cotado a US\$ 114,27 no Porto de Dalian.

Para o consultor de economia da BMJ Consultores Associados, Mauro Cazzaniga, o bom resultado na China pode aliviar um pouco as tensões no mercado global, embora isso ainda deve ser avaliado nos próximos dias.

"Embora a flexibilização das políticas de covid zero na China tenda a ser benéfica - principalmente para os setores que exportam para lá, como o de mineração -, acho que o efeito de curto prazo ainda é pequeno, e devemos ver isso mais nos próximos dias com as medidas se confirmando mesmo", avaliou Cazzaniga.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Tarcísio quer Guedes em São Paulo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi sondado para assumir a Secretaria de Fazenda de São Paulo pelo governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro dos Transportes do governo Bolsonaro. Entre os emissários enviados para convencer Guedes a assumir o cargo esteve Guilherme Afif Domingos, coordenador do grupo de transição do governo paulista. Afif também integrou o governo Bolsonaro (PL), atuando como assessor especial no Ministério da Economia.

Guedes teria considerado o convite, mas pediu tempo para responder até a posse, em janeiro do próximo ano.

Incerteza generalizada (Editorial)

A incerteza cresce entre empresários de todos os setores, enquanto o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva mantém silêncio sobre sua equipe econômica e sobre como pretende tratar as contas públicas. Ele já indicou algumas prioridades, como a sustentação das políticas de transferência de renda, de elevação real do salário mínimo e de recuperação do setor da saúde, mas tem evitado falar sobre responsabilidade fiscal. Quando interrogado sobre o assunto, evoca sua experiência do primeiro mandato, quando houve um claro esforço de geração de superávits primários, isto é, de contas federais com saldos positivos, excluída a conta de juros. Mas a resposta é insuficiente. Este ano se encerra com as finanças da União devastadas, o Orçamento do próximo ano é incompatível com as promessas dos dois principais candidatos, o vencedor e o derrotado, e as projeções econômicas para 2023 são todas sombrias. O silêncio, neste momento, só aumenta a insegurança, refletida nas estimativas de evolução dos juros.

Há um mês os juros básicos previstos para 2023 estavam em 11,25%, segundo o boletim Focus, baseado em consultas do Banco Central (BC) ao mercado. Há uma semana a projeção havia subido para 11,50%. O boletim divulgado nesta segunda-feira mostra uma expectativa pior: pela mediana das apostas, a taxa básica ficará em 11,75% no próximo ano, num cenário de pressões inflacionárias ainda consideráveis e de muita insegurança quanto à saúde financeira do governo central. Novos desajustes poderão elevar o endividamento do Tesouro Nacional, já bem superior ao padrão observado em outras economias emergentes e de renda média.

Pelo critério oficial brasileiro, a dívida do governo geral, formado pelos três níveis da administração, está abaixo de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Pelo critério do Fundo Monetário Internacional (**FMI**), essa relação está próxima de 90%, poderá subir nos próximos anos e até alcançar 100%. Nos cálculos do FMI, diferentes daqueles adotados em Brasília, o endividamento inclui os papéis do Tesouro em poder do BC.

Economistas do setor privado têm razões ponderáveis para se inquietar em relação à dívida pública. Nenhuma fonte vinculada ao presidente eleito esclareceu, até agora, se algum novo padrão de controle substituirá o teto de gastos, já perfurado na atual gestão. Não há indicação de uma nova âncora para dar alguma segurança às contas do poder central. A incerteza sobre as finanças do governo

federal afeta imediatamente a expectativa dos juros.

Sem um claro padrão estabilizador das finanças governamentais, ficará para o BC a função de evitar um desarranjo maior no sistema financeiro. Juros mais altos serão um efeito provável desse jogo.

Essa expectativa ocorre em todos os setores empresariais, mas de forma bem mais visível no mercado financeiro. Novas altas de juros, segundo comentam executivos da Faria Lima, poderão retardar por até dois trimestres novas operações de abertura de capital. Com o dinheiro mais caro, as aplicações de recursos irão preferencialmente para ativos de renda fixa. Mas os sinais de inquietação se multiplicam também fora do setor financeiro.

Já no terceiro trimestre, antes, portanto, das eleições, o temor de crédito mais caro chegou ao primeiro lugar nas preocupações da indústria da construção, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em outro levantamento, a Confederação identificou os juros altos no quarto lugar entre os principais problemas apontados pela indústria de transformação. Com 24,2% das indicações, os juros ficaram praticamente empatados com a demanda interna insuficiente. Este item, apontado por 24,3% dos consultados, ocupou a terceira posição. Nos dois primeiros lugares apareceram "falta ou alto custo de matérias-primas" e "elevada carga tributária". Dinheiro caro continuará sendo uma preocupação importante por muito tempo, mas poderá tornar-se mais suportável se o presidente eleito anunciar um programa confiável de responsabilidade fiscal e de contenção da dívida pública.»



Aumento de gastos leva mercado a prever juro alto por mais tempo

THAÍS BARCELLOS

Em meio aos planos do governo eleito de aumentar gastos públicos em 2023, o mercado financeiro já projeta manutenção da taxa básica da economia, a Selic, por mais tempo, prevendo a próxima queda de juros no Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) em agosto, segundo o Boletim Focus divulgado ontem.

Conforme o Sistema de Expectativas de Mercado, até o dia 24 de novembro, a mediana apontava para a primeira queda em junho. Agora, a expectativa é de que a Selic seja mantida em 13,75% até o sexto mês de 2023 e caia a 13,25% em agosto, terminando o ano que vem em 11,75%. Até a semana passada, o percentual esperado para os juros básicos no fim de 2023 era de 11,50%.

Para o fim de 2024, a taxa projetada também vem aumentando em meio à percepção de que a taxa neutra pode avançar com a expansão fiscal planejada por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto.

No Focus de ontem, foi de 8,25% para 8,50% ao ano.

Conforme a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governo eleito para possibilitar o cumprimento de promessas de campanha, o Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família, ficaria fora do teto de gastos por quatro anos, a um custo estimado em R\$ 175 bilhões, e ainda haveria a possibilidade de aumentar em R\$ 23 bilhões despesas de investimento em obras.

INFLAÇÃO. No Boletim Focus, a mediana para o IPCA - índice de **inflação** oficial - de 2022 avançou de 5,91% para 5,92%, enquanto a de 2023 subiu de 5,02% para 5,08%, acima do teto da meta de 4,75%. Para 2024, a projeção foi mantida em 3,50%, superior ao alvo central (3,00%), mas dentro da banda, que vai até 4,50%.

PIB E CÂMBIO. Após a divulgação do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre (0,4%) e das revisões na série divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Boletim Focus mostrou forte alta no cenário de crescimento econômico em 2022. A mediana para o aumento do

PIB este ano saltou de 2,81% para 3,05%. Já a estimativa para a expansão do **PIB** em 2023 avançou de 0,70% para 0,75%. A estimativa para o câmbio este ano passou de R\$ 5,27 para R\$ 5,25, enquanto, para 2023, permaneceu em R\$ 5,25.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bancos querem que governo eleito defina regra fiscal e medidas para crescimento

CELSO DONI / FEBRABAN-29/8/2019



Isaac Sidney, presidente da Febraban; redução de incertezas

BEATRIZ BULLA

Na avaliação do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, o futuro governo deve dar três sinais importantes na área econômica para "reduzir incertezas": indicação do futuro arcabouço fiscal, de como fará o País entrar no rumo do crescimento e de qual será a base de sustentação no Congresso.

"Há três pontos que considero fundamentais para reduzir o cenário de incertezas, que é normal numa transição, que seria o novo governo mostrar o mais breve possível", disse Sidney ao Estadão. "Os pilares do novo arcabouço fiscal para o equilíbrio das contas públicas; as medidas para retomada do crescimento - esse é o grande desafio do governo, fazer o país voltar a crescer de forma sustentável, num cenário global adverso com crescimento desacelerando, **inflação** e juros altos", afirmou o presidente da Febraban.

O terceiro, disse ele, "é avançar na articulação política que vai propiciar uma base de sustentação para fazer frente aos desafios do governo".

A tentativa de montar uma base no Congresso tem permeado as articulações políticas encampadas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em Brasília, nesta semana.

LIVRO. Isaac compareceu ao lançamento de livro do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada no prédio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na ocasião, o presidente da federação que representa os banqueiros conversou brevemente com o vicepresidente eleito Geraldo Alckmin (PSB).

Alckmin agradeceu o convite feito pela Febraban para participar de encontro com banqueiros na semana passada e disse que o futuro governo esteve "muito bem representado" por Fernando Haddad. A indicação de Haddad para a conversa com banqueiros foi a primeira sinalização de Lula de que o petista é o favorito para assumir o Ministério da Fazenda.

O mercado financeiro reagiu mal à presença do ex-prefeito de São Paulo no encontro na Febraban, mas isso não tirou o ex-ministro da Educação do páreo para a Fazenda.

Integrantes do mercado financeiro e economistas têm cobrado mais clareza de Lula sobre a âncora fiscal que deve substituir o teto de gastos e a nomeação de um ministro da Fazenda, após repercussão negativa da apresentação da PEC de Transição que pode deixar R\$ 198 bilhões de fora do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

A expectativa da equipe de transição do governo eleito é a de que a proposta seja aprovada em breve, mas com alterações que devem ser feitas pelo Congresso

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais arrocho global de juros (Editorial)

Além de enfrentar os próprios desafios, o Brasil e dezenas de outros países continuarão expostos por longo tempo às consequências do aperto monetário adotado contra a **inflação** nos Estados Unidos e na União Europeia. Juros altos são o remédio mais empregado, no mundo capitalista, para conter a demanda, esfriar os negócios e frear a alta de preços. Aplicada em grandes economias, essa terapia acaba afetando os fluxos de capitais e o comércio internacional. O aperto ainda poderá aumentar, estender-se por 2023 e talvez chegar a 2024, segundo autoridades monetárias do mundo rico. Juros elevados no exterior dificultarão o afrouxamento no Brasil, onde o Banco Central (BC) já confronta pressões inflacionárias persistentes, em um ambiente de incertezas sobre a evolução das contas federais e da dívida pública.

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) talvez deva adotar uma política mais agressiva no próximo ano para derrubar mais prontamente a **inflação**, disse na segunda-feira o presidente do Fed de Saint Louis, James Bullard, membro do comitê responsável, em nível nacional, pela política monetária.

"Ainda há trabalho a fazer", comentou no mesmo dia o presidente do Fed de Nova York, John Williams, também membro do comitê federal. Mesmo com a desaceleração dos preços, argumentou, a **inflação** ainda poderá ficar em 2023 na faixa de 3% a 3,5%, bem acima, portanto, da meta de 2%.

Diante desse risco, um aperto maior poderá ser necessário, indicou Williams. Essa observação reforça a hipótese de um aumento de 0,5 ponto percentual na taxa básica, na próxima reunião do comitê de política monetária, prevista para dezembro. No início de novembro, uma alta de 0,75 ponto percentual levou os juros básicos ao intervalo de 3,75% e 4%. Foi o quarto aumento consecutivo. A alta de preços tem sido menos vigorosa, nos últimos dois meses, mas a convergência para a meta ainda é incerta.

Espalhada por dezenas de países, a **inflação** tem sido impulsionada por choques de oferta associados, em grande parte, a desarranjos ocasionados pela pandemia, à política de covid zero aplicada na China e às consequências comerciais da invasão da Ucrânia por tropas da Rússia. Normalmente usadas para conter pressões inflacionárias alimentadas pela demanda, as políticas de aperto monetário têm-se revelado menos eficientes nos últimos tempos. As

dificuldades têm sido atribuídas em parte a falhas das cadeias de oferta e às limitações da oferta de produtos básicos em momentos de tensão.

De toda forma, políticas de restrição monetária são as principais ferramentas para a contenção da alta de preços e continuarão sendo usadas. Também na Europa o aperto poderá aumentar. A presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, reafirmou nesta semana o compromisso de levar a **inflação** à meta (2%) e indicou novas altas de juros. Os efeitos colaterais obviamente serão sentidos em outros países, como no caso dos juros americanos. No Brasil, preparar-se para essa pressão deve ser uma das tarefas da equipe do futuro governo. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PT deveria desistir de modificar o plano de investimentos da Petrobras (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com livro e manifesto ,Fiocruz defende complexo industrial nacional de saúde

Rafael Vazquez De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Economistas sugerem 'waiver' de até R\$ 150 bi

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Estímulo fiscal pode dar falsa impressão de PIB melhor, diz HSBC

Anaís Fernandes e Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Tarcísio confirma convite a Guedes e nega ser "bolsonarista raiz"

Estevão Taiar e André Guilherme Vieira De Brasília e São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Dados indicam resiliência da economia americana

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=1§ion=1>

Custo de financiamento de empresas deve cair mais que a Selic em 2023

Rita Azevedo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=8§ion=2>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187401?page=8§ion=2>